

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO
ESTADO DO PARANÁ**

PROJETO DE LEI Nº 01 / 2019

Data:
15/01/2019 17:04:59
Requerente:
DIRCEU RIBEIRO

Súmula: Proíbe à concessionária do Serviço Municipal de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário a fixação e a cobrança de valor ou outra taxa mínima no Município de Castro.

Artigo 1º É vedada à concessionária do Serviço Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário a fixação e a cobrança de valor ou outra taxa mínima de consumo de água ou tratamento de esgoto no Município de Castro.

§ 1º- O descumprimento do disposto no caput importará na aplicação de multa de 2 (duas) UFMs (Unidade Fiscal do Município de Castro) por cada unidade medidora ou por economia, no caso de tarifação por este sistema, para a cobrança de taxa mínima sem o respectivo consumo, aplicada em dobro no caso de reincidência.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 15 de janeiro de 2019.


Dirceu Ribeiro
Vereador

JUSTIFICATIVA

A empresa prestadora do serviço de abastecimento de água e esgoto do município de Castro, assim em diversas outras cidades do Paraná cobra a taxa mínima de água e esgoto para os imóveis municipais, situação que os consumidores não tem como optar por outra fonte, tendo em vista que é a única fornecedora no município. Tal atitude é abusiva, pois não dá opção do pagamento somente daquilo que é consumida

“Artigo. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) .

I- condicionar o fornecimento de produtos ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos ;”

Ainda, é de competência do município legislar sobre os interesses locais, podendo escolher qual será a forma de prestação dos serviços essenciais à população em geral conforme artigo 30, I e V da Constituição federal.

“Art. 30. Compete aos Municípios :

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

v – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”

Com a taxa mínima sendo 5 m³, sendo aproximadamente 5 mil litros de água, aquele que consome menos sente-se desestimulado à praticar a redução no consumo, visto que independentemente de consumir menos, pagará sempre esse mínimo, dessa forma, as políticas públicas de conscientização não tem efeito para a redução no consumo, ou seja não tem intenção de reduzir o consumo de um bem importantíssimo para manutenção da vida, que é finito e tem seu processo de escassez cada vez maior, já que a quantidade de água potável do mundo gira em torno de 3%.

Além disso, quando se cobra a taxa mínima, soma-se o percentual de esgoto, ou seja

80% sobre o valor cobrado, daí que cobra-se sem de fato utilizar o serviço.

Em outras cidades do Paraná já existem projetos nesse sentido .Destacamos Maringá, onde o projeto já foi aprovado e sancionado, assim como mais de 10 municípios no Estado do Paraná, entre eles Guaíra e Paiçandu e agora também em Arapoti ..

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 15 de janeiro de 2.019.



Dirceu Ribeiro

Vereador